
TEORIAS DE GÊNERO E FEMINISMOS NA ARQUEOLOGIA BRASILEIRA: DO DIMORFISMO SEXUAL À PRIMAVERA QUEER

Laura Pereira Furquim¹
Camila Pereira Jácome²

RESUMO

Nesse artigo discutiremos como a noção de gênero vem sendo trabalhada na arqueologia brasileira, a partir da história e de grandes temas de nossa disciplina. Nosso enfoque perpassa a arqueologia pré-colonial, em pesquisas que vão da bioarqueologia até arqueologia do simbolismo (arte rupestre, cerâmica, etc.); a arqueologia histórica, em especial da relação das mulheres e o mundo material. Finalizamos a discussão com um panorama mais recente, mostrando o debate de gênero, teoria *queer* e o feminismo teórico e militante. E como essas discussões vão além do suporte interpretativo para as relações humanas no passado, mas são fundamentais para o entendimento e questionamento de relações de poder e trabalho presentes na arqueologia profissional e acadêmica.

ABSTRACT

In this article we will discuss how the notion of gender has been worked on in Brazilian archeology, from the history and major themes of our discipline. Our approach runs through pre-colonial archeology, in research ranging from bioarchaeology to archeology of symbolism (rock art, pottery, etc.); historical archeology, especially the relation of women and the material world. We conclude the discussion with a more recent picture, showing the gender debate, queer theory and theoretical and militant feminism. And since these discussions go beyond the interpretative support for human relations in the past, they are fundamental to the understanding and questioning of power and work relations present in professional and academic archeology.

RESUMEN

En este artículo discutiremos cómo la noción de género viene siendo trabajada en la arqueología brasileña, a partir de la historia y de grandes temas de nuestra disciplina. Nuestro enfoque atraviesa la arqueología precolonial, en investigaciones que van desde la bioarqueología hasta la arqueología del simbolismo (arte rupestre, cerámica, etc.); la arqueología histórica, en especial de la relación de las mujeres y el mundo material. Finalizamos la discusión con un panorama más reciente, mostrando el debate de género, teoría *queer* y el feminismo teórico y militante. Y como estas discusiones van más allá del soporte interpretativo para las relaciones humanas en el pasado, pero son fundamentales para el entendimiento y cuestionamiento de relaciones de poder y trabajo presentes en la arqueología profesional y académica.

¹ Professora no Programa de Antropologia e Arqueologia, Universidade Federal do Oeste do Pará.

² Doutoranda no Departamento de Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.

INTRODUÇÃO

A partir da história e de grandes temas da Arqueologia Brasileira³, iremos discutir de que forma a questão de gênero vem sendo trabalhada na disciplina, assim como trataremos da presença (muitas vezes, ausência) das mulheres no passado arqueológico. Esse texto foi originalmente publicado na *Encyclopedia of Global Archaeology* (Smith, 2019) em língua inglesa (Jácome e Furquim, 2019). A publicação de uma versão em português se justifica pela possibilidade de ampliar seu alcance para o público brasileiro, principalmente entre estudantes dos diversos cursos de graduação de nossas universidades. Como abordaremos ao longo do texto, este tema possui muitas publicações (artigos, teses, dissertações, monografias, pesquisas, etc.), porém, carece de sínteses reflexivas. A realização de uma síntese bibliográfica acerca da publicação brasileira (i.e. sobre temas brasileiros) é o principal objetivo do texto.

Nesta versão do artigo, por ser tratar de uma publicação temática sobre Arqueologias *Queer*, trazemos um breve acréscimo sobre a produção de arqueologia *queer* no Brasil. As teorias de gênero e feministas se encontram com a teoria *queer* na medida em que tem em comum a crítica a heteronormatividade, como modelo central de relações. No caso específico da arqueologia isso se reflete, nas interpretações sobre relações do passado e suas expressões nas materialidades que conseguimos acessar do presente. Além do mais, a teoria *queer* e de gênero, quando discutidas pelo conceito de performatividade de Butler (2002), desvelam corpos, e o seu contexto material, que quebram com o padrão da heteronormatividade, e, portanto, sofrem as consequências disso.

No Brasil, colonialismo, racismo e sexismo são bases de estruturação da sociedade e das classes dominantes, incluindo a classe intelectual e produtora de conhecimento. Conceitos europeus e norte-americanos foram transpostos para as interpretações acerca

³ Neste trabalho utilizamos como referência artigos e outras publicações exclusivamente sobre temas da arqueologia brasileira. Apesar da notável produção de arqueólogas e arqueólogos do Brasil que utilizaram teorias *queer*, de gênero ou feministas em suas análises sobre na antiguidade do Mediterrâneo, estes não foram contemplados em nosso recorte.

das populações nativas e tradicionais (quilombolas, ribeirinhos, entre outros), o que resultou no apagamento de devires ênicos em relação às construções de gênero e pessoa. As classificações e periodizações desenvolvidas para explicar a história das Américas se basearam igualmente em parâmetros civilizatórios estrangeiros, resultando na inviabilização étnica dos povos indígenas e africanos na Arqueologia feita sobre períodos anteriores e posteriores à invasão europeia. Termos como “caçadores-coletores”, “Neolítico”, “ceramistas”, “Formativo”, entre outros, vem sendo rediscutidos e substituídos, entre outras razões, por não representarem o *modus operandi* de sociedades nativas da América. Um processo semelhante começa a ocorrer em relação às categorias de gênero. A Arqueologia Brasileira foi constituída sob o paradigma da neutralidade, da construção de fatos inequívocos e da objetividade científica. Neste contexto, nossa produção teria um caráter majoritariamente quantitativo e, muitas vezes, explanatório, uma vez que em um país continental como o Brasil, o acúmulo de dados produzidos ainda seria pequeno. Em função deste modelo de uma arqueologia neutra, somado à a necessidade de pesquisa em contextos e sítios ainda desconhecidos e de um cientificismo voltados para a produção de dados numéricos (sítios, escavações, quantitativo de material arqueológico, datações, etc.) a Arqueologia Brasileira se negou, por muito tempo, a incorporar a teoria de gênero, as críticas feminista e *queer*, como parte de uma agenda de pesquisas.

Há na Arqueologia Brasileira uma fusão entre parâmetros narrativos histórico-culturalistas e metodologias processualistas que dificulta a visualização de uma divisão bem delimitada entre correntes arqueológicas clássicas tais quais se propõe para a Europa e EUA (Trigger, 1989). Nestes locais, a quebra dos paradigmas eurocêntricos a partir do pós-processualismo trouxe para dentro da Arqueologia um movimento político feminista de questionamento dos parâmetros da masculinidade branca heterossexual como gênero neutro do passado pré e pós-colonial. Os primeiros trabalhos brasileiros a tratarem sobre a questão de gênero, porém, traziam uma bagagem evolucionista baseada no dimorfismo sexual e em uma correlação binária entre sexo (masculino e feminino) e gênero (homem e mulher). Apenas nos últimos dez anos algumas concepções estanques acerca dos papéis desempenhados por diferentes segmentos sociais estão vindo à tona. Como afirma Ribeiro (2017), ainda é necessário um processo de desaprendizagem da concepção moderna de gênero e um questionamento das formas de identidade que envolvem diversas práticas de relações, como etnicidade/raça, idade, sexualidade, atividades, entre outras.

As “origens”, tema nobre dentro da Arqueologia Brasileira, especificamente a origem da divisão sexual do trabalho, foi incorporada nas interpretações sobre o passado, considerando as origens da desigualdade de gênero e o paradigma da universalidade da dominação masculina (visto a partir de uma perspectiva sexual binária): caçadores, homens; coletoras e ceramistas mulheres, etc. Assim, categorias de gênero indígenas foram invisibilizadas e “diluídas” no dimorfismo sexual. A etnografia, já há muito tempo, tem demonstrado que o gênero e os corpos indígenas são produzidos de formas muito mais complexas, como no clássico trabalho de Pierre Clastres (1972) entre os Aché Gatu, no qual o autor demonstra que o gênero não se relaciona somente com divisão de trabalho – mulheres coletoras e homens caçadores – mas também com capacidades que as pessoas adquirem ou perdem. A perda da “sorte”/habilidade na caça faz com que um homem seja considerado (ou adquira) “*panema*”⁴. Isto pode significar que, caso ele não assuma sua condição de *panema* e passe a coletar e desenvolver outras atividades junto das mulheres se torna um indivíduo estranho e deslocado do grupo.

Este artigo será organizado em quatro partes. A primeira dedicada a apresentar, na arqueologia pré-colonial, os trabalhos pioneiros, das décadas de 1980-90, até alguns mais recentes onde a questão de gênero é explorada. Essas pesquisas trouxeram a temática de gênero para a Arqueologia Brasileira, em especial aqueles da Bioarqueologia e da Arqueologia Simbólica (ex. arte rupestre, cerâmica amazônica, entre outros). Em seguida, destacamos um tópico, para refletir algumas discussões da etnologia indígena sobre corpo e gênero, que podem contribuir com o debate na arqueologia também. Na terceira parte iremos discorrer sobre alguns trabalhos da Arqueologia Histórica, onde são evidenciados os papéis desempenhados pelas mulheres nos períodos após a invasão europeia, através da cultura material, arquitetura e documentação escrita. Por fim, apresentaremos um panorama bastante recente no país, no qual arqueólogas/os têm debatido não somente com teoria de gênero e teoria *queer*, mas também com o feminismo teórico e militante. Neste sentido, para além das interpretações que se constroem sobre o passado, iremos contextualizar as relações de trabalho e pesquisa arqueológicas no âmbito profissional e acadêmico.

O protagonismo das mulheres na produção e desenvolvimento da arqueologia brasileira desde a segunda metade do século XX é inegável, sendo elas brasileiras ou

⁴ *Panema* é uma palavra presente em diversas línguas da família tupi-guarani, que significa azarado, segundo consta no Vocabulário Tupi-Guarani Português (Silveira Bueno, 2008) “infeliz, azarado, sem sorte: ruim, improdutivo, estéril”

estrangeiras. Betty Meggers, além de ser responsável pela “cientifização” da arqueologia amazônica, implementou uma metodologia de levantamento de campo e análise de material arqueológico em âmbito nacional⁵, que ainda hoje tem reflexos nas pesquisas nacionais. A controvérsia das interpretações deterministas de Meggers (1971) na Amazônia foram antagonizadas por outra arqueóloga norte-americana, Anna Roosevelt (1991). Porém, para além dessas “fundadoras”, temos uma massa de mulheres produzindo conhecimento arqueológico no Brasil: como apontou Loredana Ribeiro e colegas (2017), apesar da maior parte da produção intelectual dos últimos anos ser feita por mulheres, somente uma pequena parte delas alcança posições de coordenação de pesquisas; além disto, seus trabalhos são menos citados e menos utilizados como referências nos cursos de graduação em Arqueologia. Se voltarmos, a Arqueologia Amazônica, onde o protagonismo de Betty e Anna tem reflexos até os dias atuais, também notamos que atualmente grande parte das pesquisas são desenvolvidas por mulheres, em geral jovens, que apesar de publicarem mais, são também menos citadas, e suas publicações tem menor impacto fora dessa área geográfica e acadêmica específica (Caromano et al 2017). Por tudo isso, não somente por uma dívida histórica, neste artigo iremos privilegiar o uso de bibliografia de autoras que trabalharam com pesquisas com abordagem de gênero. Evidenciar estas mulheres não é somente uma escolha política, como corresponde também a uma realidade histórica de pesquisas, uma vez que a maior parte das pesquisas com esse tema foi conduzida por mulheres.

APONTAMENTOS DO RECORTE DE GÊNERO NA ARQUEOLOGIA PRÉ-COLONIAL

Desde o início da década de 1980 algumas pesquisas já apresentavam a questão de gênero como parte de uma agenda institucional da Arqueologia Brasileira. Neste momento inicial, elementos que possibilitariam uma identificação sexual em remanescentes ósseos e representações simbólicas de corpos humanos presentes em artefatos e pinturas rupestres eram extrapolados para uma interpretação binária sobre papéis de gênero. Já sob a influência de Margareth Mead (1969) acerca da construção social do feminino e do

⁵ PRONAPA E PRONAPABA

masculino em sociedades indígenas norte-americanas, a atribuição de atividades específicas de acordo com o sexo foi um guia para uma avaliação acerca da existência de desigualdades/hierarquias de gênero em sociedade sambaquieiras do litoral sul e sudeste (Gaspar et al 2010, Escórcio e Gaspar 2005, Escórcio 2008), de indígenas da região do recôncavo baiano, na região de Xingó (Lima 2012) e do sertão do Estado do Piauí, na Serra da Capivara (Pessis 1995, Castro 2010).

Muitos dos primeiros sítios pesquisados nas regiões sul, sudeste e nordeste do Brasil, como abrigos rochosos e sambaquis datados do Holoceno Inicial e Médio (c. 12.000 – 3.000 A.P.), são cemitérios com variados números de indivíduos sepultados. Identificar o sexo destes indivíduos, suas marcas patológicas e seus acompanhamentos cerimoniais foi a principal forma de auferir distinções sexuais sobre o trabalho desenvolvido por homens e mulheres, bem como o *status* a eles conferidos na situação da morte. Gaspar e Escórcio (2005) realizaram uma síntese de elementos da cultura material presentes em sepultamentos do sexo feminino e masculino presentes em sambaquis litorâneos, e concluem que tais grupos provavelmente se organizariam através da cooperação entre homens e mulheres em atividades distintas, e não através de hierarquias de gênero (contrariando, assim, o princípio da universalidade da dominação masculina). Artefatos que seriam relacionados, de acordo com um imaginário baseado no estereótipo de *Man the Hunter* (Lee e Devore 1968), às atividades de caça e coleta (pontas ósseas, líticas e machados) e a um *status* caçador (colares de dentes), estão igualmente presentes em sepultamentos femininos e masculinos, e representariam as atividades desenvolvidas pelos indivíduos sepultados. De maneira semelhante, com base na cultura material de contextos datados do Holoceno Médio e Tardio no nordeste do Brasil, Lima (2012) conclui que as relações de gênero não são estruturantes e centrais na cultura dos grupos estudados, mas sim relações hierárquicas entre estes, de acordo com relações de parentesco. Haveria, assim, linhagens de prestígio. Ainda assim, indicadores paleopatológicos dentários sugerem que, ao passo em que homens e mulheres desenvolvem as mesmas atividades de preparo de alimentos e artefatos, há um acesso diferenciado no consumo de alimentos no período da infância (relacionado a marcas de hipoplasia), sugerindo um indicador de diferenciação baseado na idade, e não no gênero.



Figura 1. Esquerda: Sambaqui Cabeçuda (SC). Uma mulher jovem (18-20 anos) sepultada em um poço raso em decúbito ventral, datada em 2.900 A.C.

Foto: Coleção GRUPEP/UNISUL.

Tais trabalhos carregam um embrião acerca da complexificação das questões de gênero a partir de uma perspectiva antropológica, que será posteriormente desenvolvida, com o “cruzamento” de características de sexo, idade e *status* individual. Há um enorme avanço no sentido de realizar a identificação do sexo dos indivíduos a partir do acompanhamento funerário, tal qual era comum na arqueologia do início do século XX. Porém, ainda assim, “os gêneros são estudados com base no sexo do indivíduo” e na atribuição de papéis (Lima 2012:21), desvelando, assim, uma correlação entre sexo biológico e identidade gênero na interpretação dos dados. A atribuição das diferenças entre dietas de indivíduos do sexo masculino e feminino no período da infância à “privilégios alimentares” indica, ainda, um longo caminho a percorrer na compreensão de restrições alimentares ligadas à períodos de construção da identidade individual com relação à tabus, resguardos, etc., e que implicam em uma dieta específica para jovens homens e mulheres (Morim de Lima, 2015).

A identificação do “gênero” também operou nos estudos sobre as formas simbólicas, em especial nas representações humanas presentes na arte rupestre do Nordeste brasileiro. Há dois grandes conjuntos rupestres associados à Tradição Nordeste, especialmente bem representados em sítios da Serra da Capivara, no Estado do Piauí, em que a alusão a cenas sexuais foi utilizada para os estudos das distinções de gênero desde o início das pesquisas que versam sobre esta temática no Brasil. As pinturas da Subtradição Várzea Grande são classificadas pela presença de figuras antropomorfas em grande dinamismo, criando cenas de caça, dança e outras atividades cotidianas. São muito comuns as representações de cenas de cópulas, onde há a nítida identificação sexual dos indivíduos, através da exacerbação das vulvas e pênis. Destacamos o pioneirismo de

Gabriela Martins e Anne-Marie Pessis (2005), que integraram a missão franco-brasileira na região. Seguidas por elas, criou-se uma tradição de pesquisas acerca de sexo e gênero na arte rupestre, em que perspectivas de identificação de gênero com base na presença de órgãos sexuais se mesclam a análises dos padrões de sexualidade contida nos painéis.

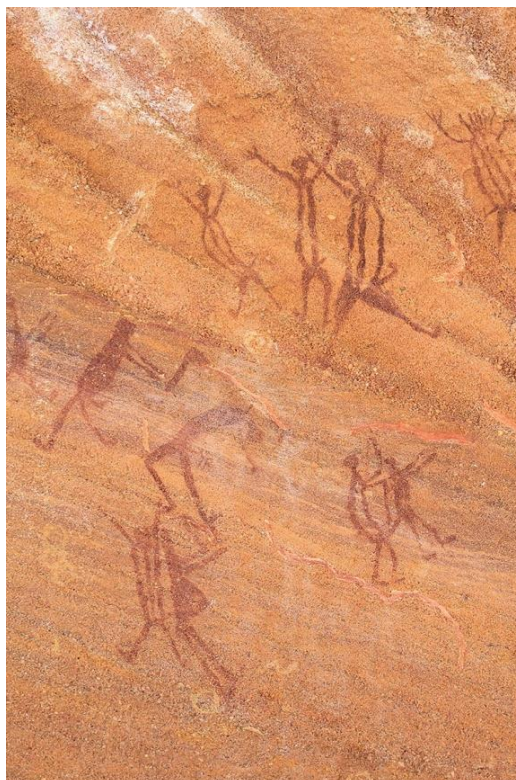


Figura 2. Abrigo Toca do Vento (PI). Acima, três antropomorfos com pênis ereto e braços para cima; à esquerda, no centro, uma cena de combate, na qual um antropomorfo golpeia outro com um instrumento; abaixo e a direita, a cena sexual, aparentemente heterossexual, e abaixo uma cena de sexo com mulher grávida.

Foto: Andrei Snardis

Os estudos de gênero na arte rupestre também abordam a questão da divisão sexual do trabalho, e são, em parte, utilizados como uma fonte de informação acerca de sociedades indígenas pré-agrícolas (apesar da ausência de datações diretas). Conforme afirma Pessis (2005), o início da agricultura teria sido acompanhado por uma hierarquização entre homens e mulheres, com base na distribuição desigual de conhecimento técnico e em uma soberania masculina sob tal conhecimento. Ao contrário, as cenas rupestres da Serra da Capivara desvelariam um cenário de diferença, porém não de desigualdade, entre ambos, ao passo que há representações fálicas em cenas ligadas à iniciação masculina e ao sexo, e representações genitais femininas ligadas ao sexo e a situações da gravidez. A

predominância do que se convencionou chamar de “gênero neutro” – figuras humanas sem representações genitais – fez com que a autora trabalhasse com a ideia de uma “igualdade primitiva”. Mais recentemente, propõe-se que tais sociedades não possuiriam tabus rígidos em relações sexuais, porém, tal afirmação é realizada com base em padrões de comportamento contemporâneos na equiparação entre posições sexuais e sexualidades (Castro 2010). Estas sociedades pré-agrícolas não teriam restrições de ordem moralista, uma vez que as cenas retratariam sexo em diversas posições, incluindo entre pessoas do mesmo sexo biológico.

Em suma, tais trabalhos ajudam a criar uma linha evolutiva que se inicia com sociedades igualitárias de caçadores-coletores com uma sexualidade fluida, e se transformam a partir do advento agrícola, em que não só as atividades femininas passam a ser controladas, como o próprio corpo feminino vira objeto de posse.

A cerâmica da Ilha de Marajó, na foz do Rio Amazonas, apresenta muitas vasilhas antropomorfas, em especial urnas funerárias e estatuetas, além de uma cerâmica ricamente decorada com elementos animais e humanos. A relação com a representação e construção do corpo humano é evidente, no entanto, estas se fazem em associação com outros elementos não-humanos, como olhos em formato de escorpião e membros superiores evocando serpentes, demonstrando uma composição corpórea fluida. Várias dessas figuras apresentam desenhos triangulares identificados como vulvas, assim como apêndices aplicados identificados como representações mamilonares, entre outros elementos iconográficos (Schaan 2003, Barreto 2005). A organização de um complexo de aterros artificiais com a presença de barragens para pesca e um manejo de plantas cultivadas como o milho, deu suporte para uma longa correlação entre sociedades complexas e matrilineares na foz do Rio Amazonas entre 400 e 1.400 A.D. O estudo de contextos funerários em que urnas decoradas com a presença de tangas e vasilhas cerâmicas são associados à mulheres e urnas sem decoração com a presença de machados são associadas à homens, foi utilizada para a definição da sociedade marajoara enquanto um cacicado em que a hierarquia se baseava na matrilinearidade, ao passo que a chefia era desempenhada exclusivamente por homens. Apesar disto, conclui-se que a distinção social era baseada na hierarquia entre elites e pessoas comuns, e não entre homens e mulheres (Schaan 2013). Tangas cerâmicas são atribuídas unicamente ao universo feminino, por uma

alusão ao seu formato triangular⁶, ao passo que estatuetas que representam corpos com elementos femininos (mamilos, vulvas, útero) através de um formato fálico (cabeça e corpo formando o pênis, e pernas formando os testículos) são interpretadas como objetos rituais ligados às elites e ao xamanismo (Schaan 2008, Barreto 2005).

A representação destes corpos femininos com suas características de “fertilidade” expostas – seios, genitálias e úteros – vem sendo usada como uma analogia para o culto à fertilidade feminina, à uma “Vênus amazônica”, no mesmo contexto em que objetos de prestígios e rituais estariam ligados às mulheres (Schaan 2013, Roosevelt 1998). Apesar desta ligação direta, há pesquisas que buscam abordagens conectadas à produção etnográfica e antropológica para pensar nas formas de materialização e construção destes “corpos de barro” e que vão além da dicotomia entre homens-mulheres/patriarcado-matriarcado/humanos-não humanos. A pesquisa de Cristiana Barreto (2005) se utiliza do conceito de corpos socialmente construídos para realizar uma abordagem sobre gênero na Arqueologia marajoara que se aproxima da construção de pessoas diversas, de corpos híbridos e de relações com mundos não-humanos. Em relação às urnas funerárias, a presença de representações femininas associada à enterramentos masculinos e femininos é trabalhada como uma alusão aos ciclos da vida e uma conexão entre nascimento e morte. Através de uma abordagem não utilitarista em relação às tangas e de uma análise dos diferentes campos decorativos representados, abre-se a possibilidade para sua interpretação enquanto marcadores de origem social (famílias, linhagens ou clãs) para mulheres, homens e crianças.

⁶ Apesar de alguns trabalhos mencionarem a presença de tangas associadas à enterramentos secundários femininos (Schaan 2008 e 2013), há contextos em que elas estão associadas à enterramentos masculinos (Barreto 2005, Schaan 2011), sugerindo seu uso como forma de alusão a linhagens maternas específicas.



Figura 2. Tangas cerâmicas da Ilha de Marajó (Acervo do Museu do Estado do Pernambuco)
Foto: Emerson Nobre

Mesmo com estes contextos bastante distintos em termos de cronologia, componentes culturais e regiões, entre sítios amazônicos da Ilha de Marajó e Amapá e aqueles do Piauí, em termos interpretativos temos uma grande similaridade, uma vez que há uma associação direta entre objetos (urnas, tangas, cerâmicas e gravuras) e representações pictóricas a práticas de um determinado gênero. Na Arqueologia pré-colonial brasileira há uma tendência em correlacionar o dimorfismo e o binarismo sexual, à divisão sexual do trabalho e à identidade de gênero, enfatizando os papéis atribuídos a “homens” e “mulheres” através dos artefatos a estes associados em contextos funerários e ritualizados. Gênero não é operacionalizado, neste contexto, como uma forma de identidade, mas sim como um conjunto de atividades e concepções sobre os sexos masculino e feminino, ainda que seja tratado como uma construção social “extrassomática”. Sexualidade, por outro lado, está longe de ser um tema consolidado, e de abarcar organizações culturais e políticas sobre erotismo e sobre relações, identidades e políticas sexuais.

REFLEXÕES PARA ARQUEOLOGIA DE GÊNERO A PARTIR DA ETNOLOGIA INDÍGENA

Na Arqueologia Brasileira, principalmente em pesquisas na Amazônia e em sítios de populações ceramistas (Tupiguarani, Aratu-Sapucai, Taquara-Itararé etc.) há uma recorrência no uso de analogias etnográficas para a proposição de interpretações. No que tange as discussões de gênero, isso se restringe basicamente a atribuição dos papéis

sociais de homens e mulheres inspirados nas sociedades indígenas, de mulheres ceramistas e responsáveis pela esfera doméstica e agrícola, e de homens lascadores, responsáveis pela produção artefactual lítica e ativos na caça, pesca, e na esfera política. Essas interpretações passam por algumas exceções (ou variações) desse modelo de trabalho geral.

Ana Roosevelt em suas reinterpretações sobre as origens das sociedades amazônicas e sobre a existência de sistemas políticos complexos do tipo chefatura-cacicado, revê também a possibilidade de que o papel das mulheres nesse contexto político fosse mais central do que na maioria das sociedades indígenas pós-coloniais (Roosevelt 1991), chegando mesmo a propor que a sociedade marajoara fosse matriarcal. Denise Schaan segue pelo mesmo caminho no tange a sua compreensão acerca das sociedades de Marajó e Santarém, onde haveria sistemas sócio-políticos com formas de hierarquia e desigualdade e, no qual as mulheres teriam um papel de prestígio, conforme apontado acima, baseado na interpretação das tangas na Ilha de Marajó e das estatuetas femininas em Santarém. As duas autoras dialogam com fontes históricas do século XVII e XVIII, em que missionários jesuítas apontam para a importância de determinadas mulheres do povo Tapajós de origem nobre, denominadas “principalezas”, filhas de reis e rainhas indígenas, que teriam desempenhado um papel fundamental na negociação com a sociedade colonial (Bettendorf 1990, Heriarte, 1662).

Essa inversão do papel da mulher indígena projetada ao período pré-colonial, por mais que carregue concepções eurocentradas, foi importante para colocar em pauta a construção e o entendimento sobre gênero em grupos não ocidentais. Nesse sentido a Arqueologia Brasileira, ainda que dialogue intensamente com os dados da Etnologia e da Ethnohistória, em especial nos trabalhos de etnoarqueologia ou analogia etnográfica que buscam compreender a trajetória histórica de etnias específicas e as formas de organização social no contexto de um contato cada vez mais intenso com o mundo ocidental capitalista, não o faz com a mesma intensidade em relação à reflexão acerca de gênero na Etnologia – ainda que esse tema também não seja dominante nos estudos dos povos indígenas do Brasil. No entanto, a construção do corpo é um importante tema em ambas as disciplinas, e aparece como uma abordagem transversal profícua para uma necessária revisão de conceitos consagrados historicamente.

O corpo, um tema de fundamental importância na etnologia brasileira, é o local onde a diferenciação dos corpos e agências é construída, sejam estes corpos humanos ou animais, de homens ou mulheres, crianças ou adultos. Tal construção se dá somente por meio de práticas específicas, como prescrições alimentares, sexuais, reclusões, aprendizados de técnicas corporais e de trabalho (Seeger et al, 1979). Esta perspectiva pouco reflete nas interpretações acerca do registro arqueológico, como os já mencionados trabalhos de Lima (2012) e Schaan (1998), em que indícios de diferenciação na dieta seriam interpretados enquanto diferenciações de *status* entre chefias, ou entre crianças do sexo feminino e masculino em situações de escassez de alimento. Um dos pontos de diálogo entre a Arqueologia Brasileira que trabalha com as sociedades pré-coloniais indígenas e as teorias Antropológicas de gênero poderia ser justamente a produção e (in)diferenciação dos corpos, como tema a ser abordado na arqueologia de gênero.

A Arqueologia de gênero no Brasil, como tantas outras vertentes que vão além da produção de dados quantitativos, tem uma afinidade com discussões decoloniais, uma vez que grande parte da produção de conhecimento se refere a grupos não ocidentais e que, portanto, teriam formas sociais distintas de modelos eurocêntricos, cristãos e capitalistas. Assim sendo, as perspectivas acerca da diversidade e identidade de gênero que são aplicadas na construção de narrativas acerca das sociedades pré-coloniais são perspectiva localizadas culturalmente, e refletem uma visão eurocentrada que é ao mesmo tempo dualista e heteronormativa. Nas palavras de Loredana Ribeiro (2017:215),

“(...) enquanto bruxas eram queimadas nas fogueiras das metrópoles, nas colônias os projetos civilizatórios do cristianismo se debatiam com a missão de transformar os machos e fêmeas não humanos (posto que não civilizados, bestializados e hipersexualizados) em homens e mulheres”.

ARQUEOLOGIA HISTÓRICA E O PAPEL DO FEMININO

A Arqueologia Histórica, enquanto uma Arqueologia da expansão do sistema mundo europeu para as Américas, enquanto uma Arqueologia dos encontros/conflitos coloniais e enquanto uma Arqueologia da construção do Estado Nacional brasileiro, tem se tornado um espaço privilegiado de discussão sobre gênero no Brasil. Dentre as principais questões abordadas, o resgate da história de mulheres, sejam estas cativas durante o período

escravista colonial, sejam mulheres livres, vem sendo uma importante ferramenta política na desconstrução da ideia de que as mulheres somente permaneciam nos espaços domésticos, como demonstram estudos sobre a diáspora africana na região sul (Rodrigues, 2015) atrelados à uma perspectiva da Arqueologia descolonizante. Já no período imperial – séculos XIX e XX – o papel da mulher é abordado nas relações de trabalho no campo, em especial nas atividades de garimpo em Minas Gerais (Ribeiro, 2013) e na Bahia (Sousa, 2006), e nas práticas e cultura material das mulheres das elites urbanas cidadinas, no Rio de Janeiro (Lima, 1997) e também na região sul (Fredel, 2008, 2012 e 2015).

Um dos trabalhos pioneiros na arqueologia histórica que trata de gênero é o de Tania Andrade Lima (1997) em seu artigo sobre o ritual no chá. O ritual do chá, prática importada dos ingleses pela elite carioca, era uma prática eminentemente feminina, onde as mulheres aprendiam, exercitavam e demonstravam suas boas maneiras e elegância. A fina louça de chá materializou isso nos sítios oitocentistas no Rio de Janeiro. Nesses sítios, também é recorrentemente louças de chá em miniatura, o que demonstra que desde cedo as meninas, ainda em suas brincadeiras, deveriam aprender a “boa educação” feminina, ou seja, portar boas maneiras diante da sociedade da classe média burguesa. Outro apontamento interessante que Lima traz é que o ritual do chá, a partir de fontes históricas e literárias da época, apesar de ser uma prática eminentemente feminina da classe média carioca, era realizado nas salas das casas, espaços por excelência dos homens. Essa ambiguidade, seria fruto da introdução de uma nova ordem capitalista em confronto com as tradições de uma sociedade ainda escravocrata, patriarcal e colonial.

Sobre as mulheres trabalhadoras, temos o trabalho de Camila Agostini (2010) com as produtoras de cerâmica doméstica de São Sebastião, no litoral de São Paulo. As panelas eram produzidas no século XIX, majoritariamente por mulheres brancas e pobres, algumas das quais possuíam escravas africanas. Segundo Agostini, é possível ver a agência das escravas, devido à presença de padrões decorativos que evocavam desenhos de escarificações masculinas africanas, mostrando uma tensão entre estes mundos e uma resistência negra manifesta na iconografia cerâmica.

Em contexto urbano de Belo Horizonte, a pesquisa de Luisa Roedel (2017) sobre um possível enterramento funerário de uma pessoa hermafrodita é o primeiro a tratar sobre a presença de pessoas “*intersex*” através da Arqueologia. Roedel identificou um túmulo em um cemitério tradicional da cidade que, mesmo sem trazer o nome da pessoa enterrada,

apresenta um enigmático epitáfio que faz referência a Herculine Barbin, uma famosa *intersex* do século XIX (Foucault, 1980). Esta lápide, simples, sem referência de nome do indivíduo e sem nenhum tipo de ornamentação, contrasta com os demais túmulos do cemitério, uma vez que está localizada em uma quadra destinada a famílias ilustres da cidade. A autora considera que a provável “invisibilização” do enterramento corresponde ao que a pessoa enterrada sofreu em vida, considerando que no século XIX o hermafroditismo passa a ser considerado uma anomalia de gênero que necessitava de correção médica. Estas práticas de escolha de um sexo dominante violentavam a especificidade da pessoa hermafrodita, que como Herculine Barbin e, possivelmente, a pessoa enterrada no cemitério do Bonfim, eram marginalizadas, inclusive no pós-morte.

Da história brasileira recente, o período da ditadura militar (1964-1984) é analisado pela ótica da arqueologia feminista e decolonial em uma pesquisa realizada no prédio do DOPS⁷ por Jocyane Baretta (2017). A autora expõe que tanto a arquitetura quanto as práticas de tortura tinham como objeto a retirada da identidade e humanidade dos presos e presas. No caso dos homens torturados, o processo de desumanização, passava antes por um processo de feminização, por meio de práticas de tortura nos órgãos sexuais, assim como posições de exposição do corpo, que o tornavam feminino. Essa diferenciação de gênero no processo de tortura e desumanização dos presos e presas mostra que a “diferenciação de gênero está imbuída na lógica ideológica e epistêmica da modernidade colonial, acentuando a dicotomia e a hierarquia de gênero” (idem, p.28).

As reflexões sobre gênero na Arqueologia Histórica revelam um princípio de apagamento da existência e resistência das mulheres que, assim como na História, passaram séculos como pessoas secundárias ou adereços de histórias androcentradas. Há, porém, um crescente esforço por parte da Arqueologia Histórica brasileira em lançar luz aos espaços femininos de atuação, com estudos de coleções museológicas relacionadas às mulheres, a fim de pensar na construção dos corpos, gestos, vestimentas e “utensílios” utilizados por estas (Carvalho, 2011). É necessário atentar também para uma forte crítica à invisibilidade das mulheres negras e subalternizadas na história e sociedade brasileiras, que em certa medida, integra um crescente de pesquisas críticas acerca da construção do

⁷ A sigla significa Departamento de Ordem Política e Social, na prática esses departamentos e seus operadores quem executaram prisões ilegais de militantes políticos e contrários a ditadura militar. No DOPS que ocorriam práticas de tortura (violência física, sexual e psicológica) para tomar depoimentos dos presos ilegais, muitos dos quais terminaram mortos e enterrados em cemitérios ilegais.

racismo, do classicismo e do colonialismo, e que contribui para uma interpretação / um desvelamento das estruturas de poder que incluem as mulheres enquanto agentes de resistência. Mesmo que estas estejam mais próximas à uma arqueologia politicamente engajada, percebemos que as/os agentes das pesquisas continuam expondo uma segregação no campo do “fazer” arqueológico, uma vez que estas são conduzidas majoritariamente por homens ou por mulheres brancas⁸.

UMA PRIMAVERA FEMINISTA E QUEER NA ARQUEOLOGIA BRASILEIRA

Desde a década de 2010 há uma crescente movimentação teórica e política na Arqueologia Brasileira, reconhecida deliberadamente como feminista, e uma abertura para a incorporação de uma Arqueologia *Queer* à agenda de pesquisas. Essa movimentação tem se dado em termos teóricos, na produção de artigos, teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso. Há, porém, uma esfera eminentemente política, na qual mulheres cis/trans, homens cis/trans e pessoas não binárias da Arqueologia, profissionais e estudantes, tem pautado e lutado contra o machismo, a homofobia, transfobia, o racismo e outras normatividades nos diversos espaços da arqueologia: da universidade à esfera do licenciamento ambiental, em trabalhos de campo, laboratório, museus e diversos outros espaços institucionais.

Em termos políticos, o ativismo feminista e *queer* tem ocorrido em eventos científicos regionais e nacionais, a exemplo do Encontro Nacional da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) (2015)⁹, do III Encontro Regional Norte da SAB (2016)¹⁰, do X Encontro Regional Sul da SAB (2016)¹¹, da I Semana de Arqueologia da CAJUSF¹² (2015) e do IX

⁸ Nós últimos dez anos, há um crescimento na quantidade de cursos de graduação em Arqueologia no Brasil, que a partir de 2012 passaram a incluir processos seletivos especiais para candidatos/as indígenas e quilombolas. A mesma crítica referente ao protagonismo de homens e mulheres brancas nas pesquisas sobre Arqueologia da diáspora africana começa a surgir também em relação às Arqueologias indígenas, por parte de alunos/as de diversas etnias e regiões que começam a se formar na área.

⁹ XVIII Encontro Nacional da Sociedade de Arqueologia Brasileira: Arqueologia Para Quem? Outubro / 2015, Goiânia-GO-Brasil.

¹⁰ III Encontro Regional Norte da SAB: Arqueologia e Comunidades Tradicionais na Amazônia. Novembro / 2016, Porto Velho – RO – Brasil.

¹¹ X Encontro Regional Sul da SAB: Desconstruindo Assimetrias. Outubro / 2016, Pelotas – RS – Brasil.

Encontro de Teoria Arqueológica da América del Sur (TAAS) (2018)¹³. Nesses eventos, que se propõem acadêmicos, a manifestação pública de mulheres cis/trans, homens cis/trans, e pessoas não binárias contra o machismo, homofobia, transfobia e o assédio que sofrem cotidianamente, têm exposto não somente os atores, mas também a própria estrutura patriarcal da academia e da ciência como um todo, para além do caso específico da Arqueologia. Questões como desigualdades salariais, hierarquias nas atividades de consultoria científica, assédio moral e sexual em atividades de campo e laboratório, desproporcionalidade na incorporação da bibliografia produzida por mulheres no sistema de ensino (Ribeiro 2017, Passos 2017), entre outros temas, estão sendo discutidos a fim de reconhecer as influências destas estruturas não apenas na teoria arqueológica, mas também em sua prática.

Apenas em 2015 a Sociedade de Arqueologia Brasileira incorporou em seu Código de Ética a problematização sobre descriminalizações de gênero, sexualidade, classe e identidade étnico-racial, e abriu a possibilidade de denúncia dos membros que desrespeitassem esta normativa. Ainda assim, entre o papel e a prática existe um abismo, que só poderá ser preenchido a partir de uma conscientização de profissionais e estudantes, e uma mudança estrutural da ciência arqueológica. Neste mesmo evento, além de uma sessão temática acerca do papel da mulher na produção científica nacional, um material de cunho político se propôs escancarar algumas das práticas machistas e homofóbicas que perpassam a esfera de atuação de profissionais da arqueologia:

“A Arqueologia é uma ciência social, com uma prática engajada no mundo contemporâneo. Nossas atitudes em campos e com as comunidades (*com as quais trabalhamos*)¹⁴ influenciam na construção do conhecimento arqueológico. Os debates desenvolvidos na academia devem se refletir na pesquisa empírica, como também nosso compromisso ético”. (Zine, 2015)

Assim como ocorreu com o feminismo e a teoria *queer* em outros países, principalmente aqueles de língua inglesa, este movimento de crítica vai da política para a academia, e começa a se fazer mais presente no ambiente arqueológico brasileiro. Em 2017, o 13º *Women's Worlds* ocorreu no Brasil em conjunto ao 11º Fazendo Gênero, em que a sessão temática *Escavando Gênero: as mulheres na História Indígena* (organizada

¹² I Semana de Arqueologia da Empresa Júnior de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe. Minicurso “Construindo uma Arqueologia de Gênero”, ministrado por Nádia Pagnossi (PROArq / UFS).

¹³ Simpósio “Aproximações da Arqueologia Brasileira com a Teoria *Queer*”, coordenado por Arkley Bandeira (UFM) e Frederic Pouget (NEPAM/Unicamp). 2018.

¹⁴ Introdução das autoras.

por Juliana Machado) foi a primeira mesa dedicada aos estudos históricos e arqueológicos sobre o tema no Brasil. Enquanto o ano 2000 representou um marco nos estudos norteamericanos sobre o tema, com a publicação de *Queer Archaeologies* (Dowson 2000) e *Archaeologies of Sexuality* (Schmidt and Voss 2000), o Brasil esperou mais dezessete anos até que fosse publicado *Arqueologia e Crítica Feminista no Brasil* (Ribeiro 2017). Os diversos artigos publicados neste dossiê, vários deles já citados neste artigo, refletem um amadurecimento da pesquisa arqueológica e da crítica feminista acerca da difusão do conhecimento produzido por mulheres nos mais diversos temas – da arqueologia pré-colonial às arqueologias do tempo presente. As temáticas também são mais diversas, se comparadas às pesquisas clássicas descritas na primeira sessão deste artigo: a repressão às mulheres durante a Ditadura Militar brasileira (Jocyane Baretta), a construção de estereótipos de gênero nos museus (Camila Wichers), a proposição de uma arqueologia da sexualidade (Fabiano Gontijo e Denise Schaan), a misoginia e homofobia nas atividades de campo (Frederic Pouget e Aline Carvalho) e a difusão e recepção da produção feminina na arqueologia amazônica (Caroline Caromano, Meliam Gaspar, Ester Pereira, Márjorie Lima e Jaqueline Lima) e nos cursos de graduação e pós-graduação (Lara Passos) – apenas para citar os artigos que trabalham com a temática brasileira.

Apenas em 2018, com o já mencionado simpósio “Aproximações entre a Arqueologia Brasileira e a Teoria *Queer*” (TAAS) que começam a ser sistematizadas e matizadas questões acerca dos estereótipos heteronormativos na Arqueologia. O tema das tangas marajoaras volta à pauta, sob um olhar crítico de sua suposta feminilidade (Emerson Nobre), bem como são expostas novas questões, como a interseccionalidade entre gênero, sexualidade e classe na criação de identidades sociais em ações educativas (Maurício Silva), sobre a instrumentalização do conceito de patrimônio como ferramenta de resistência LGBTQ+ (Bruno Ranzani), sobre a incorporação de uma crítica não-binária às interpretações e teorias arqueológicas (Gabby Hartemann) e sobre o racismo perpetrado nas práticas de campo (Frederic Pouget). Além destas, há outras manifestações difusas em encontros de Arqueologia. Mesmo quando não pronunciadas, estas vozes estão presentes através dos corpos que ocupam cada vez mais espaço de forma aberta e consciente. Este volume temático da Revista de Arqueologia Pública da UNICAMP, representa, a nosso ver, o primeiro esforço de sistematização escrita, oficialmente acadêmica, e inaugura um novo momento e uma nova postura prática e teórica para a Arqueologia Brasileira.

Em suma, em termos teóricos há um salto interpretativo em relação às formas de compreensão relativas às categorias “sexo” e “gênero”, e às possibilidades de operacionalizá-las nos diferentes campos da pesquisa arqueológica. Para além de uma dicotomia entre homens e mulheres, diversas formas de sexos, gêneros e sexualidades fluidos não hegemônicos aparecem como possibilidades interpretativas e de questionamento da aplicação de um modelo ocidental heteronormativo ao passado pré-colonial no Brasil. Este processo soma-se à crescente produção etnográfica e à movimentos políticos indígenas, negros, feministas e LGBTQ que complexificam não somente o tema da divisão sexual do trabalho e seu parâmetro de dominação masculina, como também questões de construção da pessoa e a correlação entre sexo e gênero.

A teoria *queer* vem sendo apontada como uma ferramenta de produção de uma Arqueologia mais “avisada” e informada acerca dos construtos ocidentais sobre gênero, sexo e sexualidade (Ribeiro 2017, Gontijo e Schaan 2017). A partir de uma reflexão acerca da construção da Arqueologia *Queer* norte-americana e da incorporação da crítica aos parâmetros médico-jurídicos envolvidos na elaboração do dimorfismo e binarismo sexuais e à uma busca por padrões sexuais tidos como desviantes (pela sociedade ocidental) no passado, Gontijo e Schaan (2017) propõem uma agenda de pesquisas que se disponha a desconstruir a Arqueologia Brasileira. Dimorfismo e binarismo, dois dos principais parâmetros de análise nas pesquisas brasileiras, são taxonomias construídas socialmente para fins políticos, de modo que a interseccionalidade entre sexo, gênero, sexualidade, classe, identidade étnico-racial, idade, etc., é uma alternativa para a Arqueologia enquanto prática emancipatória – mais do que um parâmetro para a construção de uma Arqueologia alternativa.

CONCLUSÃO

Dentro desta esfera patriarcal, em termos teóricos, a Arqueologia Brasileira carrega um histórico de reprodução de categorias ocidentalizantes que contribuíram para o apagamento de gêneros e sexualidades não dominantes no mundo contemporâneo para um passado pré-colonial. No âmbito profissional, apesar da existência de uma estrutura machista e proeminentemente ocupada por homens (que ainda são maioria na categoria de discentes e líderes de projeto de pesquisa), há também uma produção feminina e, mais

recentemente, feminista, que se alia com uma crescente produção de homens cis/trans, mulheres cis/trans e pessoas não binárias engajadas na desconstrução de estereótipos de gênero, que apontam para novas direções conceituais e políticas que devem integrar a agenda das pesquisas arqueológicas, seja qual for o período histórico em questão.

Há um descompasso entre a produção bibliográfica brasileira e as reflexões teóricas sobre gênero, feminismo e teoria *queer* de um modo geral. Um exemplo nítido são os grandes projetos de cunho eminentemente histórico-culturalistas, que foram forjados e executados no Brasil entre os anos 1960 e 70, período em que na América do Norte e na Europa as discussões processualistas e o desenvolvimento das múltiplas arqueologias pós-processuais estão bastante avançadas. Os debates sobre feminismo e gênero nos campos da História e Antropologia ganharam força no Brasil principalmente após a queda do último presidente militar, na chamada “abertura democrática”, iniciada em 1984. É a partir de então que os movimentos sociais em geral, incluindo os das mulheres, começam a deixar a clandestinidade e a ramificar sua atuação para os diversos campos do ambiente profissionais e de ensino.

O que vemos na Arqueologia Brasileira é um quadro conservador e tradicional, onde nem as minorias étnicas (mesmo sendo os indígenas os principais atores da arqueologia “pré-histórica”)¹⁵, nem as minorias de gênero são consideradas. Um dos argumentos mais frequentes em artigos e debates científicos é que “a arqueologia brasileira é pouco desenvolvida, e por isso devemos investir nossos esforços em levantamento de dados, afinal, nosso território é continental!”. Esse argumento, aparentemente a-téorico, reitera deliberadamente o ponto de vista masculino e ocidental, onde outras arqueologias, que se propõem novas formas metodológicas e interpretativas sobre o passado, sejam estas sobre de gênero, feminismo ou de engajamento etnicamente posicionado (arqueologias indígenas, arqueologias negras, subalternas, etc.) são consideradas de pouca relevância, uma vez que trariam menos dados empíricos (e científicos), e mais interpretação.

¹⁵ O primeiro arqueólogo indígena, Jaime Xamen Waiwai se formou na graduação em Arqueologia muito recentemente, em 2017, na Universidade Federal do Oeste do Pará.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI, C. Painéis e Painelarias de São Sebastião: um núcleo produtor e a dinâmica social e simbólica de sua produção nos séculos XIX e XX. **Revista Vestígios Vol. 4 (2) 2010**

BARBOSA, M. A ocupação pré-colonial da Região dos Lagos, RJ: sistema de assentamento e relações intersociais entre grupos sambaquianos e grupos ceramistas Tupinambá e da tradição Una. Tese (Programa de Pós-graduação em Arqueologia) – **Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

BARRETO, Cristiana. Simbolismo Sexual na Antiga Amazônia. Revisitando urnas, estatuetas e urnas marajoara. In: **Antes: histórias da pré-história**. Centro Cultural Banco do Brasil. Rio de Janeiro. Catálogo de exposição, 12 out. 2004-09 jan. 2005.

BARRETA, J. Por uma arqueologia feminista da Ditadura Militar no Brasil (1964–1985). *Revista de Arqueologia* 30(2). **Arqueologia e Crítica Feminista**. Bettendorff, J.F. 1990. *Chronica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão (Vol. Série Lendo o Pará 5)*. Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura: Belém, 2017.

BETTENDORFF, J. F. *Chronica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão (Vol. Série Lendo o Pará 5)*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

CAROMANO, C., M. GASPAS, E. PEREIRA, M. LIMA, e J. de LIMA. Nem todas são Betty ou Anna: o lugar das arqueólogas no discurso da Arqueologia Amazônica. *Revista de Arqueologia* 30(2). **Arqueologia e Crítica Feminista**, 2017.

CARVALHO, Vânia. Gênero e Cultura Material: uma introdução bibliográfica. **Anais do Museu Paulista**, vol. 8/9:293 – 324, 2003.

CARVALHO, Vânia. **Gênero e artefato. O sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo, 1870-1920**. Edusp, FAPESP, São Paulo, 2008.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. Cultura material, espaço doméstico e musealização. **Varia História** (UFMG. Impresso), v. 27, p. 443-469, 2011.

CASTRO, Luiza. Representações Sexuais na Pré-História, Parque Nacional da Serra da Capivara: padrões cenográficos. **UNIVASF**, Bacharelado em Arqueologia e Preservação Patrimonial, Trabalho de Conclusão de Curso. 2010.

CLASTRES, P. **Crônica dos índios Guayaki: o que sabem os Aché, caçadores nômades do Paraguai**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995 ([1972](#)).

DOWSON, T. Why queer archaeology? An introduction. **World Archaeology**, 32(2): 161–165. *Queer Archaeologies*, 2000.

ESCÓRCIO, Eliana. Pescadores-coletores do litoral do Estado do Rio de Janeiro: um olhar sobre idade e gênero. **UFRJ**, Dissertação de Mestrado, 2008.

ESCÓRCIO, Eliana e **GASPAR**, Maria Dulce. Indicadores de Diferenciação Social e de Gênero dos Pescadores-Coletores que ocuparam a Região dos Lagos – RJ. **Cadernos do LEPAARQ**, Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, v. VII, n. 3, 2005.

FOUCAULT, Michel. 1980. **Herculine Barbin: Being the recently discovered memoirs of a nineteenth-century French hermaphrodite**. Pantheon Books, New York.

FREDEL, Karla. Práticas de Gênero e a Cultura Material na Província de São Pedro – século XIX. **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP-USP, 2008.

_____. Arqueologia de Gênero nas Cidades de Pelotas – RS – Brasil e Habana Vieja – Habana – Cuba / século XIX. **Unicamp**, Tese de Doutorado, 2012.

GASPAR, Maria Dulce; **HEILBORN**, Maria e **ESCORCIO**, Eliana. A sociedade sambaqueira vista através de sexo e gênero. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 21:17-30, 2011.

GONTIJO, F., e D. SCHAAN. Sexualidade e Teoria Queer. Apontamentos para a Arqueologia e para a Antropologia Brasileiras. **Revista de Arqueologia**, 30(2). **Arqueologia e Crítica Feminista**, 2017.

HERIARTE, M. de. **Descrição do estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas**. Vienna d' Austria, Carlos Gerold, [1662]1874.

JÁCOME, Camila, FURQUIM, Laura. Gender and Feminism in Brazilian Archaeology. In: Smith, C (eds). **Encyclopedia of Global Archaeology**, Springer, New York, 2019.

LANDA, Beatriz dos S. Arqueologia Guarani e Gênero. **Revista do CEPA**, 23(2):240-244, 1999.

LEE, R.; DEVORE, I. (Eds.) **Man the Hunter**. New York: Aldine Publishing Company, 1968.

LIMA, Danúbia. Sobre morte e gênero: uma análise dos papéis de gênero no contexto funerário dos sítios Justino-SE e Furna do Estrago-PE. **UFPE**, Dissertação de Mestrado, 2012.

LIMA, Danúbia; **CASTRO**, Viviane; **SILVA**, Sergio. Arqueologia de Gênero. Uma análise crítica da construção histórica do passado. **Clio. Série Arqueológica**, 27(2):49-91, 2012.

LIMA, Tânia. Chá e Simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. **Anais do Museu Paulista**, v. 5:93-127, 1997.

_____. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, 3(1):129-191, 1995.

_____. Estudos de gênero na Arqueologia Brasileira. Por que não? **Habitus**, 1(1):129-139, 2003.

MEAD, Margareth. **Sexo e temperamento em três sociedades primitivas**. São Paulo: Editorial Perspectiva, 1969

MEGGERS, B. Man and culture in a counterfeit paradise. Washington, DC: Smithsonian Institution Scholarly Press, 1971.

MORIM DE LIMA, A. Brotou Batata Pra Mim: cultivo, gênero e ritual entre os Krahô. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia, USP, 2015.

PASSOS, L. Gotas de um oceano. Uma abordagem feminista sobre a análise bibliométrica do curso de Antropologia da UFMG. *Revista de Arqueologia* 30(2). **Arqueologia e Crítica Feminista**, 2017.

PAGNOSSI, Nádia. Construindo uma Arqueologia de Gênero. *Revista de Arqueologia Pública*, v.11, n.1, 2017.

PESSIS, Anne-Marie. Arqueologia de Gênero: teoria e fato arqueológico. **Clio, Serie Arqueológica**, vol. 18:13-25, 2005.

PESSIS, Anne-Marie e MARTIN, Gabriela. Das origens pré-históricas da desigualdade de gênero. In *Marcadas a Ferro*, Castillo-Martin, Marcia Oliveira, Suely de (org.) Brasília, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2005.

PINTO, Renato. Museus e Diversidade Sexual. Reflexões sobre mostras LGBT e *Queer*. **Arqueologia Pública**, n. 5:44-54, 2012.

RIBEIRO, Loredana. Crítica Feminista, Arqueologia e Descolonialidade: sobre resistir na ciência. **Revista de Arqueologia**, vol. 30, n. 1:210-234, 2017.

RIBEIRO, Loredana. 2013. Maria, párvola exposta, Domingos, padre maculado. Ensaio de arqueologia micro histórica. *Vestígios*. **Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**. v. 6, p. 129-180, 2013.

RIBEIRO, Loredana; SILVA, Bruno. S. R.; SCHIMIDT, Sarah. K. S.; PASSOS, Lara. P. A Saia Justa da Arqueologia Brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico. **Estudos Feministas**, 2017.

RODRIGUES, Marta. “A vida é um jogo para quem tem ancas”: uma arqueologia documental sobre mulheres escravas domésticas em Pelotas/RS no século XIX. **UFPeI**, Dissertação de Mestrado, 2015.

ROEDEL, L. de A. O silêncio do corpo: a intersexualidade invisibilizada no cemitério do Bomfim. **Revista de Arqueologia: Especial Crítica Feminista e Arqueologia**. Vol., 30, n.2, 2017.

ROOSEVELT, A. Moundbuilders of the Amazon: Geophysical archaeology on Marajo Island, Brazil. San Diego: Academic, 1991.

ROOSEVELT, A. Paleoindian and archaic occupations in the lower Amazon, Brazil: A summary and comparison. In *Festschrift Honoring Wesley Hurt*, ed. Plew, M., 165–192. Lanham: University Press of America, 1998.

SCHAAN, Denise Pahl. Estatuetas Antropomorfas Marajoara: O Simbolismo de Identidades de Gênero em uma Sociedade Complexa Amazônica. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia**, v. 17, n.2, p. 437-477, 2001.

SCHAAN, Denise Pahl. Investigando Gênero e Organização Social no Espaço Ritual e Funerário Marajoara. XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2003.

SCHAAN, Denise Pahl. Is There a Need to (Un)Gender the Past? In: Vasilikie Demos, Marcia TexlerSegal. (Org.). **Gender and the Local/Global Nexus: Theory, Research and Action**. 1ed.Oxford: Elsevier, v. 10, p. 47-64, 2006.

SCHAAN, D. The nonagricultural chiefdoms of Marajó Island. In **Handbook of South American Archaeology**, eds. Silverman and Isabel. New York, Springer, 2008.

SMITH, C (eds). **Encyclopedia of Global Archaeology**. Springer, New York, 2019.

SENE, Glaucia. Indicadores de Gênero na Pré-História Brasileira: contexto funerário, simbolismo e diferenciação social. O sítio arqueológico Gruta do Gentio II, Unaí, Minas Gerais. **USP**, Tese de Doutorado, 2007.

SEEGER, Anthony, Roberto da Matta & Eduardo B. V. de Castro. 1979. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. **Boletim do Museu Nacional**, Série Antropologia, n. 32, p. 2-19.

SILVA, Sergio F. S. M. da, **CASTRO**, Viviane M. Cavalcanti de; **LIMA**, Danúbia V. Rodrigues de. Arqueologias do corpo e da sexualidade: possibilidades de estudo sobre morte e gênero na arqueologia brasileira. **Clio. Série Arqueológica**, 26(1):49-91, 2011.

SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira. Em busca pelo campo – Mulheres em Expedições Científicas no Brasil em meados do século XX. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 48, e16 4809, 2006.

SOUSA, Ana Cristina. Mulheres do Jequitinhonha: um diálogo entre arqueologia, história e antropologia. **Revista de Arqueologia**, 19:9-28, 2006.

SOUZA, R.A. Margarida Andreatta and the conformation of São Paulo Historical Archaeology. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 22: 157-180, 2012

TRIGGER, B. **History of archaeological thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

VOSS, B. **Archaeologies of sexuality**. New York: Routledge, 2000.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas as mulheres cis/trans, homens cis/trans e pessoas não-binárias que têm se empenhado e resistido, desde a fundação da Arqueologia no Brasil, em

um universo dominado por homens cis (e brancos, quando não, europeus) e pela heteronormatividade. Às companheiras do coletivo Arqueologia Feminista, agradecemos pelas trocas e profundos debates teóricos, e por nos ajudar a criar espaços de sororidade e acolhimento em que é possível submergir em momentos de sufoco. Aos colegas Bruno Ranzani e Maurício Silva, agradecemos pela revisão e pelas sugestões bibliográficas, em especial no tocando à teoria *queer*.